

## PRÁXIS SOCIOLINGUÍSTICA NO CONTEXTO EDUCACIONAL: DEFINIÇÕES, MULTIPLICIDADES E RUPTURAS

Daniele Angélica Borges Foletto (UNEMAT)  
daniele.foleto@unemat.br

Priscila Borges Coutinho (UNEMAT)  
pri\_borges2005@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo se propõe a uma revisão dos principais conceitos envolvidos em Sociolinguística no que tangem à forma como esse conhecimento vem sendo aplicado no contexto educacional. Os avanços no estudo dessa ciência influenciaram sobremaneira o modo como determinadas concepções de Língua foram postas ao longo do tempo no ensino de Língua Materna. A variação padrão, antes dita como a única possível, era promovida como superior às demais variações, o que obliterava qualquer forma de comunicação que não se alicerçasse aos guias normativos. Desse prescritivismo surgem o preconceito linguístico e o silenciamento daqueles educandos que, a depender do seu estrato social, possuem mais dificuldades em se adaptarem à normatividade gramatical. Os autores basilares desta pesquisa foram Faraco (2008), Lima (2016), Callou e Leite (2010), Bagno (2003) e Bortoni-Ricardo (2005) que nos apresenta fatos linguísticos no âmbito escolar. Partimos desse conjunto de fatos e bases teóricas para conduzir a nossa reflexão no que diz respeito à Sociolinguística e as suas possíveis influências para a construção de um ensino mais equânime e transformador.

**Palavras-chave:** sociolinguística; educação; língua materna; variação

**Abstract:** This article proposes a review of the main concepts involved in Sociolinguistics in what touches on the way in which this knowledge has been applied in the educational context. Advances in the study of this science have greatly influenced the way certain language conceptions have been put forward over time in the teaching of Mother Tongue. The standard variation, previously said to be the only one possible, was promoted as superior to the other variations, which obliterated any form of communication that did not support normative guides. From this prescritivism arise the linguistic prejudice and the silencing of those students who, depending on their social stratum, have more difficulties in adapting to grammatical normativity. The main authors of this research were Faraco (2008), Lima (2016), Callou and Leite (2010), Bagno (2003) and Bortoni-Ricardo (2005) that presents linguistic facts in the school. We start from this set of theoretical facts and bases to lead our reflection regarding Sociolinguistics and its possible influences for the construction of a more equitable and transforming teaching.

**Keywords:** sociolinguistics; education; mother language; variation

### Introdução

O Brasil, enquanto país de longa extensão territorial e de forte multiplicidade cultural, constituiu-se como uma nação heterogênea linguisticamente. De Norte a Sul, dialetos,



variações, discrepâncias sociais, formas diferentes de colonização, entre outros fatores, moldaram o modo de falar do brasileiro. Isso, invariavelmente, acabou influenciando também a prática da docência, posto que essa pluralidade também se apresenta em salas de aula. Segundo Callou e Leite (2003), a simples ação de reconhecer a diversidade auxilia na quebra de paradigmas relacionados ao domínio do português padrão, cuja predominância dá-se não só a partir de contextos escolares, mas também sociais, econômicos e ideológicos. No caso, “cumpriria, a uma educação realmente democrática e igualitária, reconhecer a diversidade e com ela trabalhar, no sentido de possibilitar a todos os usuários da língua o acesso às normas prestigiadas e às mesmas oportunidades” (CALLOU E LEITE, 2003, p. 16).

A Sociolinguística surge em um cenário de reformulação, vinculando-se às práticas metodológicas, à formação de licenciados na área da linguagem e até na construção de livros didáticos. Conhecer o que essa ciência estuda possibilita desconstruir concepções antigas vinculadas ao ensino tradicional. A partir do momento que um professor entende a lógica por trás das inúmeras variações de fala, ele passa a compreender os mecanismos da língua e o contexto em que esses se formam. Logo, as barreiras que dissociam variação padrão das demais tornam-se mais maleáveis, e a tolerância em torno dos falares é fomentada. Assim, a isonomia em torno do ensino de língua portuguesa, por exemplo, pode ser exercida.

No Brasil, as diferenças linguísticas socialmente condicionadas não são seriamente levadas em conta. A escola é norteada para ensinar a língua da cultura dominante; tudo o que se afasta desse código é defeituoso e deve ser eliminado. (BORTONI RICARDO 2005 p. 14)

Nesse ínterim, ao se levar para o contexto educacional alguns preceitos da Sociolinguística, o docente proporcionaria um ensino de Língua Materna menos desagregador, posto que, no modelo de pensamento tradicional, algumas variações são vistas como inferiores ou inadequadas para determinadas funções. A partir desse relativismo quanto à maneira como um educando, independentemente de sua origem, pode se expressar, o educador, movido pelo conhecimento adquirido com as últimas pesquisas da área e tudo o que foi compendiado ao longo dos anos, abriria possibilidades que favorecem tanto os que já dominam a prescrição gramatical, quanto os que pouco tiveram acesso à essa modalidade na forma oral e/ou escrita. Algo que, como afirmaram os autores supracitados, possibilitaria as mesmas oportunidades a todos.

### 1. A língua segundo Labov, Benveniste e Schleicher

A prática docente pautada no conhecimento de teorias da Sociolinguística perpassa não apenas a compreensão de fenômenos relacionados à fala, mas também teorias que fundamentam a forma como a língua e as suas variações são percebidas. Como a Sociolinguística não é uma ciência que adveio de uma única fonte, a forma como dado fenômeno é compreendido pode sofrer alterações a depender do autor basilar. Nesse sentido, o estudo de várias linhas fornece um leque de possibilidades para a compreensão de inúmeros cenários. Surge daí a necessidade do estudo e revisão de diferentes teóricos e suas formas de lidarem com a linguagem.

Willian Labov, proeminente sociolinguista norte-americano, é conhecido como o precursor da Linguística Variacionista, a qual é uma ramificação da Sociolinguística que se divide em variacionista e variacional, posto que a linguagem é heterogênea e existem muitos modos de falar. Ele estudou durante algum tempo populações marginalizadas e, por meio do seu instrumental teórico, conseguiu entender a lógica por trás de determinadas variações, demonstrando, assim, a coerência intrínseca ao modo de falar de grupos que não dominavam a variação padrão. Suas ideias fortaleceram a concepção de que a variação é característica da linguagem humana, sendo até mesmo necessária para o seu funcionamento.

Segundo Labov (2008), a linguagem pode variar dependendo do interlocutor e o lugar onde estamos. Isso determina nosso grau de monitoramento. Em outras palavras, nos monitoramos ao escolhermos a fala que melhor se adequa à situação. Por exemplo: Em situações informais, entre amigos é comum utilizarmos expressões coloquiais e adotarmos uma linguagem mais descontraída, nos monitorando menos, diferente de quando estamos no trabalho ou em locais que exigem um determinado grau de formalidade na nossa comunicação. Nesse sentido, para o teórico, a língua é um sistema incompleto, o qual está a todo momento em processo de reestruturação. No contexto língua e sociedade, Labov ainda toma como premissa a forma como a Sociologia entende esse conceito:

Os procedimentos da linguística descritiva se baseiam na concepção da língua como um conjunto estruturado de normas sociais. Nessa perspectiva, a língua é vista pelos sociólogos como uma das formas do comportamento social, transmitida como herança social, que só pode ser analisada no contexto social, no qual está inserida (LABOV, 2008, p. 140).



Dessa maneira, para Labov, uma língua deve ser entendida em seu contexto. Émile Benveniste (2005, p. 35), também entende a linguagem dentro de uma perspectiva social. Para ele, “é dentro da, e pela língua, que o indivíduo e sociedade se determinam mutuamente”, dado que ambos só ganham existência pela língua. Sendo a língua a manifestação concreta da faculdade humana da linguagem, isto é, da faculdade humana de simbolizar. Deste modo, é pelo exercício da linguagem, pela utilização da língua, que o homem constrói sua relação com a natureza e com os outros homens. Em outros termos, “a linguagem sempre se realiza dentro de uma língua, de uma estrutura linguística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular”. Logo, linguagem e sociedade são intrínsecas e as duas precisam ser estudadas concomitantemente para o entendimento de certas funções e mecanismos presentes nos falares, quer sejam idioletos (característica de um único indivíduo), quer sejam dialetos de uma comunidade inteira.

Para Schleicher (1983, p. 112), “cada língua é o produto de um complexo de substâncias naturais do cérebro e no aparelho fonador. Estudar uma língua é, portanto, uma abordagem indireta a este complexo de matérias”. A complexidade da língua também se deve à individualidade de quem a possui. Logo, a partir desses três autores cânones da Linguística, é possível inferir que a língua é uma faculdade humana, a qual é frequentemente vista de uma perspectiva social, e é, até certo ponto, bastante complexa, por se manifestar individualmente, mas também por ser compartilhada por um conjunto de pessoas. Nesse sentido, ao lidarmos com o contexto escolar, estamos lidando com um assunto que não é tão simples, o qual possui certas lacunas que apenas podem ser preenchidas com os avanços dos estudos nas áreas em que a Linguística e a Sociolinguística atuam.

Ainda de acordo com Schleicher, cada língua é o produto de um complexo de substâncias naturais do cérebro e no aparelho fonador. Estudar uma língua é, portanto, uma abordagem indireta a este complexo de matérias. Desta maneira, foi ele levado a adiantar que a diversidade das línguas depende da multiplicidade dos cérebros e órgãos fonadores dos homens, de acordo com as suas raças

## **2. Sociolinguística na Educação e a diversidade de contextos**

A sala de aula é um ambiente plural. Cada discente carrega sua própria perspectiva de mundo, sua cultura e a sua maneira de fazer uso da língua, a depender de sua origem, classe



social, idade, entre vários outros fatores. Nesse âmbito, as discrepâncias na forma de se falar são colocadas em xeque quando, na escola, começa-se a se aprender a norma padrão e é onde começam os questionamentos e até mesmo o preconceito linguístico. Faraco (2008) acredita que até hoje o ensino de Língua Materna no Brasil não abarca as inúmeras variações, sendo que a maioria dos professores acabam entrando no erro de legitimar apenas uma única norma, desprivilegiando as demais. Lima (2016) também percebe isso ao notar uma ênfase estruturalista e normativista na Educação:

É a língua imposta, a língua que precisa ser constantemente polida, que não admite algo que seja diferente de suas regras. E, conseqüentemente, é uma língua idealizada, que acaba por desprestigiar aqueles que, porventura, divergem de seus “parâmetros”. [...] Apesar de algumas correntes teóricas, como a Sociolinguística, terem aberto caminhos para uma nova visão de língua e, de certa forma, trazerem novas formas de abordar o fenômeno da variação linguística, em geral, o ensino privilegiado em muitas escolas brasileiras ainda está apegado à tradição estruturalista. (LIMA, 2016, p. 147).

A Sociolinguística, para Faraco e outros teóricos, constitui-se como uma forma de escape para o ensino altamente estrutural. Segundo Antunes (2007), essa ciência possui como enfoque a diversidade linguística a partir do contexto em que a língua é externada. Essa autonomia de não se prender a uma única variedade é que permite um estudo aprofundado da maioria das manifestações e diferenças que uma língua falada por uma comunidade pode ter. Quando levado para a sala de aula, um professor em posse dessas informações, conseguirá levar em consideração a heterogeneidade que os discentes e seus falares possuem. Todavia, mesmo que a ênfase na Sociolinguística exista há alguns anos no meio acadêmico, isso ainda não influenciou totalmente o ambiente escolar.

No entanto, quando se sai da esfera acadêmico-científica e se entra na sala de aula da grande maioria das escolas brasileiras, o que ainda se encontra é uma prática pedagógica de ensino de língua que revela pouco ou nenhuma influência de todas essas novas perspectivas de abordagem do fenômeno da linguagem – apesar de estarem presentes, já faz algum tempo, até mesmo em diretrizes oficiais de educação, como os Parâmetros Curriculares Nacionais. (BAGNO, 2002, p. 14).

No caso dos Parâmetros Curriculares mencionado pelo autor, desde 1998 temos acesso a uma diretriz que se mantém atrelada aos pensamentos da Sociolinguística no que concerne às variações. O mito da norma padrão, estável e única viável para a boa comunicação cai por terra, em troca de um comprometimento em levar ao discente uma nova forma de entender a língua



que ele mesmo traz de casa, sem se sentir inferiorizado por se expressar de uma maneira diferente daquela ensinada em gramáticas normativas.

Para cumprir bem a função de ensinar a escrita e a língua padrão, a escola precisa livrar-se de vários mitos: o de que existe uma forma correta de falar, o de que a fala de uma região é melhor da que a de outras, o de que a fala correta é a que se aproxima da língua escrita, o de que o brasileiro fala mal o português, o de que o português é uma língua difícil, o de que é preciso consertar a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas crenças insustentáveis produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a fala que identifica o aluno a sua comunidade, como se esta fosse formada de incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde a nenhuma de suas variedades, por mais prestígio que uma delas possa ter (BRASIL/SEF, 1998, p. 31).

O contexto cultural e identidade linguística, nessa visão dos PCNs promovem justamente o que vários autores da área propõem. Bagno (2002), por sua vez, critica que nem sempre nos Parâmetros Curriculares as ideias sociolinguísticas estão acessíveis para o professor-leitor, o qual, para compreender esses assuntos, precisam ter um arcabouço prévio das principais teorias da Linguística, o que nem sempre ocorre. As terminologias não são tão transparentes. Isso dificulta a leitura da diretriz que fundamenta a prática da docência. Outra questão refere-se a práxis. Muitos acadêmicos estão se formando com um bom nível de conhecimento nesses novos preceitos da Sociolinguística, mas poucos sabem como concretizar isso em sala de aula pois, ainda não possuem a experiência necessária que só irão adquirir com o passar do tempo e experienciando as variedades linguísticas trazidas pelos estudantes.

Paralelamente, uma problemática que urge está na relevância da norma padrão. Por mais que ela não deva ser vista como a única possível, ela acaba se tornando importante, como afirma Lima (2016, p. 151): “É verdade que, em praticamente todos os âmbitos da sociedade, as pessoas são avaliadas mediante sua maneira de falar. Em uma entrevista de emprego, em uma apresentação acadêmica, entre outras situações, exige-se o domínio da ‘norma-culta’”. Essa necessidade parte do que Callou e Leite (2003) afirmaram na obra *Como Falam os Brasileiros*, em que, ao mencionar a norma padrão, a colocam como necessária, dado os inúmeros contextos nos quais ela ainda é requerida. O papel da escola, nesse sentido, seria o de possibilitar o seu aprendizado a todos os discentes, independentemente do seu dialeto e condição social, mas sempre respeitando a variação que ele aprendeu em sua família/comunidade/região.





A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e, por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. (BORTONI RICARDO 2005 p. 15)

O grande problema em torno disso parte da maneira como as reflexões promovidas pela Sociolinguística podem ser úteis à educação. No caso, a necessidade maior pairaria sobre o ensino gramatical ou sobre a reflexão em torno de inquirições linguísticas? O professor deve ensinar gramática atentando unicamente para norma padrão, ou deveria levar em conta outras normas? Quais normas? Por mais que possa haver uma ênfase na necessidade de se quebrar com a noção enrijecida de “certo” e “errado”, grandes vestibulares, ou como o próprio Exame Nacional do Ensino Médio, e até situações cotidianas mais formais, como reuniões, necessitam de um falar mais próximo da variação padrão.

Deste modo, É no ambiente formal de educação básica que os estudantes diferenciam e reconhecem as variedades linguísticas existentes na sociedade, e nesse âmbito que eles adquirem o conhecimento necessário para começarem a adaptar seu repertório linguístico para as diversas situações sociais, ou seja, ensiná-los a compreenderem e terem um olhar mais atento em relação a comunicação utilizando a norma padrão, que este é o tipo de linguagem que os conduzirão com menos dificuldade a atingir seus objetivos profissionais, ou seja, a linguagem pode promover o falante e o colocar em uma posição elevada de poder, pois dominar uma língua, saber onde, como e quando utilizá-la de maneira adequada é considerado um instrumento de poder.

Todo falante nativo de uma língua é um falante plenamente competente dessa língua, capaz de discernir intuitivamente a gramaticalidade ou agramaticalidade de um enunciado, isto é, se um enunciado obedece ou não às regras de funcionamento da língua. Ninguém comete erros ao falar sua própria língua materna, assim como ninguém comete erros ao andar ou respirar (BAGNO, 2005, p. 124).

Excluir ou deixar de lado a variação padrão em prol unicamente de se conscientizar o discente quanto ao preconceito linguístico seria incorrer em um sério risco, mas focar apenas nessa variação seria também voltar aos tempos em que a perspectiva tradicional era a única possível. O ideal, para Bagno (2002), seria o equilíbrio e a prática da pesquisa linguística em sala de aula, mas só quando a fase do letramento estivesse findada e os educandos tiverem plena consciência da necessidade de se entender a norma padrão, sem que ela se torne, por



obrigação, a única possível de ser posta em prática, isto é, sem que a chamada por Bagno “doutrina do erro” permaneça a predominar. Tudo depende do contexto e da necessidade.

Uma vez que língua e sociedade não se desprendem, e a sociedade é constituída a partir de culturas, temos a tríade de língua, sociedade e cultura que constituem a sociolinguística que é a ciência que estuda o comportamento linguísticos de uma sociedade. Assim, o âmbito escolar é um tipo de sociedade formado por indivíduos distintos, em busca de formação, e com seu próprio repertório lexical.

A linguagem tem poder de transformação social, e a escola tem a função de apresentar e ensinar a norma padrão sem menosprezar a variedade que o aluno utiliza, evitando e reconhecendo o preconceito linguístico, pois a ausência de conhecimento referente a assuntos da Sociolinguística pode gerar constrangimento e transtornos desnecessários entre a população de toda e qualquer gama social.

No Brasil, ainda não se conferiu a devida atenção à influência da diversidade linguística no processo educacional. A Ciência Linguística vem, timidamente, apontando estratégias que visam a aumentar a produtividade da educação e a preservar os direitos do educando. Essa contribuição será tanto mais efetiva se fundamentada na convicção de que a situação sociolinguística brasileira apresenta peculiaridades que a distinguem da de outros países. As atividades científicas na área não se podem restringir, portanto, a uma simples importação. É indispensável o desenvolvimento de um aparato teórico- metodológico adequado à realidade nacional (BORTONI-RICARDO, 2005 [1981], p. 19).

São inúmeros os contextos e necessidades desprendidos na sala de aula, além disso não podemos deixar de mencionar os estudantes que têm alguma característica especial como os surdos, os autistas e outros tipos de patologias psicológicas ou físicas. Uma vez que a escola acolheu e inseriu esses estudantes nas consideradas “salas regulares ou normais”, os professores também devem discutir com a sala no que se refere as diversidades e desafios que estes colegas trazem consigo, assim como o modo de falar, promovendo o respeito e a empatia. Pois todos trazem consigo seu próprio repertório linguístico repleto de variações e que pode ser o início de uma jornada de estudos abundante em descobertas.

### **Considerações finais**

Somos brasileiros natos e de uma multiplicidade linguística bastante vasta, esses aspectos são parte dos elementos que nos tornam um povo tão diverso e interessante. O uso de





uma língua envolve aspectos ideológico, por isso determinadas classes sociais são estigmatizadas pela maneira como se expressam, enquanto a elite faz uso de uma variação que é dita culta. A formação e o conhecimento em Sociolinguística possibilitam justamente a aquisição de uma nova forma de entender a língua, sem privilegiar uma única maneira de falar. Como afirma Lima (2016, p. 17):

A Sociolinguística busca combater o preconceito linguístico e a incentivar os alunos provenientes das camadas populares a utilizarem um registro mais monitorado nos contextos necessários, sem que, com isso, tenham que abandonar suas práticas linguísticas. Enfatiza que apesar de possuírem valores sociais diferentes, todas as variedades linguísticas são estrutural e funcionalmente analisáveis. Portanto, não há língua ou variedade melhor ou pior. A palavra chave aqui não é “certo” ou “errado” e sim adequação.

Essa adequação mencionada pela autora rege tudo o que a Sociolinguística tem trazido de proveito para a composição de uma educação mais equânime e transformadora. Nesse ínterim, a linguagem também é usada para discriminar e estigmatizar o falante, todavia, para o linguista, todo homem é igual não só perante a lei, mas também frente a sua capacidade linguística. Entender que todas as variações possuem uma lógica interna e evitar que o estigma se propague em sala pela maneira diferente com que um discente se expressa constitui-se como o suprasumo das necessidades que um professor com bom conhecimento nessa ciência pode incorrer. Tudo depende da maior consciência da comunidade docente para que essas práticas possam vir a se tornar mais comuns no meio escolar. Assim também enfatiza Bortoni-Ricardo (2004)<sup>1</sup> em um trecho do seu artigo *online*:

O que a sociedade tacha de erro na fala das pessoas a Sociolinguística considera tão-somente uma questão de inadequação da forma utilizada às expectativas do ouvinte. Essas, por sua vez, decorrem das imagens que os interlocutores fazem uns dos outros, dos papéis sociais que estejam desempenhando e das normas e crenças vigentes na comunidade de fala. Em outras palavras, diante de um enunciado que a cultura dominante rejeita por conter um erro, a Sociolinguística analisa a variante ali empregada, avalia o prestígio a ela associado e mostra em que circunstância aquela variante é adequada considerando-se as normas vigentes. O erro na língua oral é, pois, um fato social. Ele não decorre da transgressão de um sistema de regras da estrutura da língua e se explica, simplesmente, pela (in)adequação de certas formas a certos usos. Por ser

---

<sup>1</sup> Disponível em: <[http://www.sbpnet.org.br/livro/56ra/banco\\_conf\\_simp/textos/StellaRicardo.htm](http://www.sbpnet.org.br/livro/56ra/banco_conf_simp/textos/StellaRicardo.htm)>  
Acesso em: 30 de abr. 2023.



um fato social, só se corporifica quando a sociedade o percebe como um pecado no domínio das etiquetas sociais. A teoria sociolinguística substituiu a noção tradicional de erro pela noção de diferenças entre variedades e estilos. Um erro, como fato social, ocorre quando o falante não encaixa uma determinada variante ao contexto que é o seu habitat natural na ecologia sociolinguística de uma comunidade de fala (BORTONI-RICARDO, 2004, s.p.).

No que tange a sociolinguística educacional, essa ciência veio para quebrar paradigmas, desconstruir conceitos e pré-conceitos acerca do repertório linguísticos que ocorre na comunicação de cada estudante. E é na escola que aprendemos a viver e conviver em sociedade, respeitar regras e adquirir conhecimentos que carregamos pela vida.

À vista disso esse transcurso intercorre mediante a fala, a comunicação de cada indivíduo envolvido nesse processo, portanto a linguagem tem poder de transformação social e a escola tem a função de apresentar e ensinar a norma padrão sem menosprezar a variedade que o aluno utiliza.

### Referências

ANTUNES, I. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, M.; STUBBS, M.; GAGNÉ, G. **Língua materna**: letramento, variação & ensino. São Paulo: Parábola, 2002.

BENVENISTE, E. **Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística** (1963). In: \_\_\_\_\_. Problemas de Linguística Geral I. 5.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em Língua Materna**: A Sociolinguística na Sala de Aula. São Paulo, SP: Parábola, 2004.

\_\_\_\_\_. **Nos chegemos na escola, e agora?**: Sociolinguística e Educação. São Paulo, SP: Parábola, 2005.

\_\_\_\_\_. **A linguística na escola**. In: Cuiabá, 2004. Disponível em: [http://www.sbpnet.org.br/livro/56ra/banco\\_conf\\_simp/textos/StellaRicardo.htm](http://www.sbpnet.org.br/livro/56ra/banco_conf_simp/textos/StellaRicardo.htm). Acesso em: 30-04-2023.

BRASIL/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quartos ciclos do ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CALLOU, D.; LEITE, Y. **Como falam os brasileiros**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.



FARACO, C. A. **Norma Culta Brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LABOV, W. (1972). **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline R. Cardoso. São Paulo, SP: Parábola, 2008.

LIMA, Thábata Christina Gomes de. Sociolinguística na Sala de Aula: Relações com o ensino/aprendizagem de Língua Materna. **Cadernos de Letras da UFF**, [S.l.], v. 25, n. 51, jan. 2016. ISSN 24474207. Disponível em: <<http://www.cadernosdeletras.uff.br/index.php/cadernosdeletras/article/view/220/78>>. Acesso em: 18 dez. 2022.

SCHLEICHER, A. **Darwinism tested by the science of language**. Tradução de V. W. Bickers. In: KOERNER, K. (Org.). *Linguistics and evolutionary theory: three essays*. Amsterdam: Benjamins, 1983.